



NOME: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

## CARGO: ADVOGADO

**DATA: 05/05/2019 (14:00 às 18:00 horas)**

### LEIA COM ATENÇÃO TODAS AS INSTRUÇÕES DESTA PÁGINA

1. Este CADERNO DE PROVAS contém 02 (duas) questões subjetivas e 01 (uma) peça jurídica.
2. Examine se o Caderno de Provas está completo e se apresenta falhas de impressão ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Constatando falhas ou imperfeições, solicite imediatamente a substituição do Caderno.
3. Ao receber a FOLHA OFICIAL preencha seus (nome, RG, CPF e Cargo escolhido). Caso haja alguma inconsistência, comunique imediatamente ao Fiscal.
4. Qualquer forma de comunicação entre os candidatos, como também com os fiscais, implicará na sumária desclassificação/eliminação da Seleção.
5. O candidato ao sair da sala, deverá entregar, definitivamente, ao Fiscal da Sala, as **FOLHAS OFICIAIS DAS QUESTÕES SUBJETIVAS E DA PEÇA JURÍDICA** e o **Caderno de Provas com rascunhos**, sem esquecer-se de assinar a lista de frequência.
6. A divulgação do **ESPELHO DA PROVA E DA PEÇA JURÍDICA** será no dia **06/05/2019, às 19:00 horas**, através do site [cev.urca.br](http://cev.urca.br).
7. Os recursos com pedido de modificação da prova poderão ser interpostos à Comissão Executiva do Vestibular, de 8:00 horas às 23 horas e 59 minutos do dia **07 de maio de 2019, EXCLUSIVAMENTE PELA INTERNET**, no site [cev.urca.br](http://cev.urca.br)

***BOA SORTE!!!***



### QUESTÕES SUBJETIVAS

1. (CONCURSO BREJO SANTO/2019) O judiciário brasileiro está envolto a temas polêmicos. Um deles, na atualidade, diz respeito à interpretação do art. 5º, LVII, CF/88: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Nesse sentido, discorra sobre o princípio que o referido inciso representa e qual os seus desdobramentos à luz do entendimento vigente do STF – Supremo Tribunal Federal?
2. (CONCURSO BREJO SANTO/2019) O Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor no ano de 2016, trouxe uma série de mudanças. Dentre elas, a de um novo entendimento nas ações de indenização fundadas em Dano Moral a partir do valor da causa. Discorra.

### PEÇA JURÍDICA

A partir do CASO CONCRETO apresentado o candidato deverá:

- A) Identificar a peça jurídica que se adequa ao caso exposto;
- B) Elaborar a peça jurídica de acordo com as normas legais, obedecendo à formatação própria deste tipo de texto;
- C) Observar que a quantidade de laudas dependerá da capacidade de articulação, exposição e argumentação do candidato, no entanto, só serão corrigidas as peças a partir de TRÊS LAUDAS;
- D) Observar a devida adequação às normas gramaticais de maneira a tornar a peça jurídica coerente;

Anexar o rascunho da peça jurídica.

### ORIENTAÇÕES GERAIS:

- a) A peça jurídica deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta de tinta preta ou azul.
- b) O candidato **só** poderá fazer consulta de **código** (NÃO COMENTADO OU ANOTADO) nenhuma espécie.
- c) O candidato **deverá** preencher os seus dados (Nome, CPF, N° de inscrição) somente no cabeçalho da FOLHA OFICIAL.
- d) O candidato **NÃO** poderá utilizar – **nome ficcional** – no desenvolver de sua peça jurídica.
- e) É vedado o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material que possa identificar a prova sob pena de atribuição de nota zero à prova discursiva e a consequente eliminação do candidato do Concurso Público
- f) Não será admitido o uso de qualquer outra folha de papel para rascunho ou como parte ou resposta definitiva. Para tanto, o candidato deverá atentar para os espaços específicos destinados para rascunho e para resposta definitiva, a fim de que não seja prejudicado.
- g) A FOLHA OFICIAL será o único meio válido para a avaliação da peça.
- h) Os campos reservados para rascunho são de preenchimento facultativo e não serão considerados para avaliação.
- i) Em hipótese alguma, haverá substituição da FOLHA OFICIAL por erro do candidato.



- j) Após o término do prazo previsto para a duração da prova, não será concedido tempo adicional para o candidato continuar desenvolvendo a peça ou procedendo à transcrição para a parte definitiva (FOLHA OFICIAL).
- k) A prova discursiva de cada candidato será submetida a duas avaliações: uma avaliação de conteúdo e uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.
- l) Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado.
- m) Qualquer sinal, marca, desenho, rubrica, assinatura feita pelo candidato no desenvolver da peça, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à prova discursiva e a consequente eliminação do candidato do Concurso Público.
- n) Nos casos de fuga ao tema da peça solicitada, ou de não haver texto, o candidato receberá nota no texto igual a zero.
- o) Ao candidato que desenvolver o texto fora do tema solicitado ou elaborar peça inadequada para a solução do problema proposto, será atribuída a nota zero.

### CASO CONCRETO

No ano de 2010, ao sair de uma festa, por volta das 4h da manhã, Antônio Paulino da Silva residente e domiciliado em Crato, foi vítima de assalto. No ato levaram sua carteira com os principais documentos (RG, CPF, CNH, Título de Eleitor, Reservista), cartões de crédito e algum dinheiro. Reestabelecido do susto, lamentando o incidente, uma vez que houve ameaça com arma em punho, se dirigiu a Delegacia de Polícia Civil e procedeu ao Boletim de Ocorrência.

Algum tempo depois, ao tentar efetuar a compra de um refrigerador de forma parcelada, foi informado pela vendedora da impossibilidade, pois, segundo consulta, seu nome estava incluso no Cadastro de Serviço de Proteção ao Crédito.

Ao procurar a Câmara de Dirigentes Logistas – CDL de sua cidade, e posteriormente, a Receita Federal, tomou conhecimento de que foi aberta, em seu nome, uma empresa, de fantasia é Latina Importação e Exportação de Cereais, tendo como atividade econômica principal o beneficiamento de arroz, razão social Antônio P. da Silva, localizada em Porto Alegre/RS.

Diante do contexto, procurou mais uma vez a Delegacia de Polícia Civil, no intuito de registrar outro Boletim de Ocorrência, relatando os fatos acontecidos. Em seguida, foi também a Receita Federal para saber como reverter à situação. Os dois órgãos, apontaram que provavelmente, os documentos roubados foram utilizados para a abertura da empresa. Prática que vem tomando corpo nos últimos anos.

Paralelamente aos fatos, começou a chegar cobranças de dívidas geradas pela empresa. Especificamente, R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) objeto de empréstimo junto ao Banco ABC e R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) de débitos não pagos referentes a um contrato de cartão de crédito junto a CartãoCard.

O quadro se apresenta desolador. De “nome limpo na praça”, para mau pagador, além de possuir uma empresa indesejada em seu nome. Assim, você é contratado para como Advogado, conhecedor dos meandros jurídicos, acionar a Tutela Jurisdicional do Estado no intuito de por fim a essa situação e reestabelecer a ordem na vida do seu cliente.